

v.33 n.2
Jul-Dez/2023

Feminismo decolonial em debate:
perspectivas latino-americanas em
políticas públicas e direitos humanos

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos

v.33 n.2

Jul-Dez/2023

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Roberto de Andrade Medronho

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

João Torres de Mello Neto

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.33 n.2

Lília Guimarães Pougy UFRJ

Ludmila Fontenele Cavalcanti UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Maria Helena Torres

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:

Latindex

Portal de Periódicos da Capes

IBICT

Base Minerva UFRJ

Portal de Revistas da UFRJ

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ



Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

➡ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

➡ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

➡ Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.



Janine Moraes / Ministério da Cultura (via Wikimedia Commons)

Marcha das Mulheres Negras

APLICAÇÃO EM CAPA MODIFICADA COM A FERRAMENTA ADOBE FIREFLY IMAGE 2

Sumário

- DOSSIÊ EDITORIAL 183** Feminismo decolonial em debate: perspectivas latino-americanas em políticas públicas e direitos humanos
Lilia Guimarães Pougy & Ludmila Fontenele Cavalcanti
- DOSSIÊ ENSAIOS 186** Perspectivas feministas decoloniais em algumas autoras: e o caso Brasis? Que políticas?
Mary Garcia Garcia Castro & Tatiana de Paula Soares
- 210** Fora da ordem: deslocamentos de insurgências feministas decoloniais
Tatiana Dahmer Pereira
- 230** Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas
Maria Raimunda Penha Soares
- DOSSIÊ ARTIGOS 256** O racismo e seus reflexos na saúde das docentes negras da UFRJ
Rosimar Borges
- 276** Trabalho feminino na formação social brasileira: aportes da Teoria da Reprodução Social
Tahiana Meneses Alves
- 301** O feminismo decolonial e a interseccionalidade nas políticas públicas LGBTI+no Brasil (1998-2021)
Henrique Rabello de Carvalho & Maria Celeste Simões Marques
- 324** Uma crítica à reprodução da colonialidade cisgênera no feminismo decolonial
Bruno Latini Pfeil & Cello Latini Pfeil
- 349** Políticas para mulheres: a luta por igualdade, direitos e enfrentamentos às violências
Silvana Maria Escorsim & Beatriz Santana da Silva
- 375** Entre a política e a política pública antirracista no Brasil: qual é a política da política pública brasileira?
Luiza da Costa de Deus
- 396** A urbanização capitalista brasileira e o déficit habitacional: breve análise sobre a segregação espacial a partir de gênero e raça
Joyce Kelly de Jesus Santos, André Henrique Mello Correa & Josefa de Lisboa Santos
- 420** Descaso ou ferida colonial? Gênero nas políticas públicas educacionais no Brasil
Susane Petinelli Souza
- 445** “Se o caminho é meu, deixa eu caminhar”:
mulheres negras e identidades
Laurita de Queiroz Bomdespacho



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.

DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA

- 458**
Metodologia de Atendimento Interdisciplinar do Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ)
Bárbara Zilli Haanwinckel et alia
- 476**
Protagonismo feminino no PET de Humanidades e Letras da Unilab/Ceará (2013-2020)
Ana Cássia Alves Cunha et alia
- 500**
As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal
Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes, Barbara Brame & Larissa Franco

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

As Ocupações do Movimento Olga: experiência popular de enfrentamento à violência patriarcal

Ocupações
Casa de Referência
Políticas Públicas
Movimento de Mulheres Olga Benário

Partindo de estudos sobre as políticas para as mulheres, conjugando-os à experiência da militância, este trabalho se propõe a analisar como o Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB) responde, a partir das suas ações e ocupações, ao desmonte das políticas voltadas às mulheres observado nos últimos anos de gestão federal, propondo também uma teoria alternativa de poder. O artigo revela que as resistências feministas têm demonstrado a potência de suas alianças e contestado a tese de que o Estado tem capacidade de garantir às mulheres uma vida livre de violência.

**Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes*,
Barbara Brame & Larissa Franco**

*Bacharel em Serviço Social (UFF), Mestre em Políticas Sociais (PPGPS/UENF), Especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero (CLACSO) e doutoranda em Serviço Social (PPGSS/UFRJ).

**Olga Movement's occupancies:
Facing patriarchal violence by
a popular experience**

Based in the studies about policies for women, combining with the militancy experience, this article aims to analyze how the Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB) responds, as from your actions and occupancy, to the dismantling of the policies for women observed in the last years of federal management, also proposing an alternative theory of power. This article reveals that feminist resistance has demonstrated the potency of your alliances and contested the thesis that the state has the capacity to assure to the women a life free of violence.

**Occupancies
Reference Houses
Public Policy
Movimento de Mulheres Olga Benário**





Introdução

Este trabalho é produto das ameaças que a realidade tem imposto às mulheres brasileiras desde o golpe concretizado em 2016 e, mais especificamente, após a gestão federal dos últimos quatro anos. Escritas durante as eleições de 2022, as considerações postas aqui têm a intenção de problematizar o processo de desmonte vigente no âmbito das políticas públicas para as mulheres, conectando-o com o Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB), e à sua potência feminista (GAGO, 2020, p. 10) que tem organizado, desde 2016, ocupações urbanas em diferentes cidades do país na intenção de ofertar serviços de atendimento e acolhimento, além de denunciar a ausência de ações estatais efetivas no combate às violências patriarcais cotidianas as quais são submetidas mulheres e meninas.

Ao redefinirem, através das ocupações, uma poderosa forma de luta em um novo momento histórico, proporcionam a expansão da sua capacidade política e das suas linguagens, permitindo a absorção de diferentes corpos, territórios e conflitos nesta trama. Essa amplitude é imprescindível para fortalecer as estratégias de enfrentamento aos ataques transnacionais ao gênero; mas também, e principalmente, para reposicionar os feminismos na luta anticapitalista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Os debates propostos e seus modos de organização e ação modificam as maneiras como reproduzimos nossas relações sociais, bem como as formas de fazer aliança política, as dinâmicas das manifestações de rua e o modo de criar lutas transversais. É nesse campo que se dá o aporte feminista à produção do conhecimento e à construção de novos significados na interpretação do mundo.

Para a construção deste artigo nos debruçamos sobre as seguintes fontes de dados: a) as produções acadêmicas acerca dos feminismos, de uma maneira mais ampla, e das ações do MMOB, em específico; b) os relatórios institucionais sobre a gestão da pasta competente nos últimos anos de governo e os estudos analíticos acerca destes; e c) a experiência e os registros de uma das autoras enquanto militante e membro do núcleo jurídico do MMOB, junto à casa Almerinda Gama, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha da metodologia adotada, a qual se inspira na perspectiva feminista, parte do pressuposto de que o nosso trabalho é o resultado da soma do conhecimento

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



das vivências das mulheres militantes, acolhidas e das nossas pesquisas acadêmicas.

Este texto está dividido em três partes: na primeira, que se inicia na sessão seguinte, traçamos um breve histórico da institucionalização das demandas das mulheres nos últimos vinte anos, a fim de dar visibilidade para o movimento inédito de desmonte efetivo observado nos últimos quatro anos de gestão federal. Na segunda parte, pontuamos como a gestão que despreza as mulheres operou de forma concreta durante o último mandato presidencial, traduzindo-se na descontinuidade das políticas herdadas da gestão anterior e na incapacidade estatal de assumir a pauta como prioritária. Na terceira parte estão descritas as maneiras pelas quais o MMOB se organiza e as suas principais bandeiras de luta na perspectiva anticapitalista e emancipatória das mulheres, em resposta aos ataques misóginos e a falta de compromisso estatal com as pautas feministas.

Panorama das políticas públicas de gênero

As políticas estatais orientadas para justiça social e mais especificamente para a promoção da igualdade entre homens e mulheres foi, sem dúvidas, um dos principais alvos do golpe parlamentar de 2016. O desmonte dessas iniciativas movimentou as mudanças legislativas do governo Temer, e de maneira mais violenta, estruturou o governo fascista eleito em 2018.

Passaram vinte anos desde o primeiro marco da institucionalização das políticas para as mulheres no Brasil com a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (Sedim), no âmbito do governo federal em 2002. Até esse momento, a pauta das mulheres era conduzida por um órgão deliberativo e consultivo, mas pouco executivo, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Desde então, os temas relacionados à igualdade de gênero passaram a contar com estrutura própria, contudo, são muito significativas as mudanças observadas entre a criação da Sedim, em 2002, e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) como integrante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), instituído pelo governo eleito em 2018.

Entre 2003 e 2015, a competência para conduzir essas demandas foi da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) que, com

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



status ministerial, organizou Conferências de Políticas para as Mulheres nas etapas municipais, estaduais e nacional, sendo a última realizada durante o processo do golpe sexista que tirou do poder a presidenta Dilma Rousseff em 2016. As experiências das conferências, enquanto espaços políticos de debate e deliberação coletiva entre diversas mulheres, possibilitaram a construção dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM).

É desse período também a grande parte das políticas, normas e diretrizes implementadas no campo da garantia dos direitos das mulheres. Alguns exemplos são a Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006), e a Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (2010). O ano de 2011 é marcado por diversas publicações importantes, como as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, além do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e da Política Nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Destaca-se como uma das principais inovações dessa Política a perspectiva de “Rede de Enfrentamento” adotada pela SPM/PR, que salienta a relevância do papel de cada agente e sua área de atuação, tanto no combate à violência quanto na garantia de direitos das mulheres. Essa rede é composta pela rede de atendimento – subdividida em atendimento especializado (desempenhado pelas instituições que atuam diretamente e especificamente com a mulher) e não especializado (dos locais que atendem também mulheres, além de outras demandas); além de outros agentes governamentais e não governamentais (BRASIL, 2011, p. 14).

As referidas normativas não só contêm deliberações coletivas acerca das mais diversas pautas que atravessam a vida de mulheres e meninas, como também partem da perspectiva interseccional, da transversalidade horizontal (buscando dialogar sobre o tema com diferentes órgãos do governo federal) e da transversalidade vertical (envolvendo outros níveis de governo).

Outras conquistas sociais, legislativas e institucionais marcaram esse período, a exemplo da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, criada em 2005 no âmbito da SPM, da Lei 11.340/2006

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco





(Lei Maria da Penha), resultado da reivindicação histórica do movimento de mulheres, e a implementação de diversos organismos especializados ao longo do território brasileiro, fortalecidos e articulados para a implementação das políticas públicas na área.

A partir de 2015, no governo da primeira mulher eleita presidenta, a SPM foi conjugada a outras secretarias e deu origem ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, momento a partir do qual os retrocessos passam a ser visíveis, sobretudo após a saída de Dilma Rousseff e da posse de Michel Temer, em 2016, quando a SPM passou a integrar o Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Como desdobramento desse quadro, observamos perda de orçamento, de corpo técnico, e de relevância na agenda política e institucional, o que levou à paralisação de políticas que vinham sendo implementadas e fortalecidas até esse momento (TOKARSKI *et al.*, 2020).

Os desmontes nas políticas de gênero promovidos pelo Governo Bolsonaro

Contudo, é a partir de 2019 que se configura o desmonte efetivo, com a eleição de Jair Bolsonaro, a nomeação de Damares Alves como ministra das mulheres, da família e dos direitos humanos, e de Cristiane Britto como secretária nacional de políticas para as mulheres, momento a partir do qual se inaugura uma significativa alteração no direcionamento das políticas até então desenvolvidas com foco na igualdade de gênero e na promoção dos direitos das mulheres. Esse movimento vai na direção de outros semelhantes, pautados na postura ultraconservadora e de viés tradicionalista que ganha força, sobretudo no que se refere à agenda referente aos direitos humanos, aos povos originários, à igualdade racial, de gênero, ao meio ambiente, à cultura, à população LGBTQIA+, entre outros.

Os primeiros anos do governo Bolsonaro foram marcados pelas “políticas antigênero” e pela afirmação da centralidade da família, acionada como uma importante categoria capaz de catalisar demandas sociais entre as agendas de segurança pública, saúde e educação, perspectiva que é imprescindível no processo de desresponsabilização inerente à agenda neoliberal do atual governo e que faz aliança com o conservadorismo representado pelo novo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



(MMFDH) (KALIL, 2020). Tal postura foi evidenciada em muitas oportunidades pela ministra da pasta, que expôs publicamente suas convicções conservadoras, inclusive no segundo dia de governo quando afirmou que o país estaria em uma nova era na qual “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (PAINS, 2019), ratificando os estereótipos de gênero que ancoram as desigualdades entre homens e mulheres construídas nessa sociedade e anunciando sob qual ótica seria inaugurada a nova gestão de políticas para as mulheres, que, segundo se verá na seção seguinte, performou um discurso que efetivamente não se traduziu em políticas implementadas e orçamento liquidado.

A estrutura do novo ministério está posta no Decreto n.º 10.883/2021 (BRASIL, 2021), documento que traduz a nova arena sobre a qual aconteceria o processo de formulação e execução de ações voltadas à garantia dos direitos das mulheres. É possível notar que há a previsão, segundo o artigo 8º, de expansão e articulação das políticas promovidas pela Secretaria Nacional da Família, ao passo que o artigo 7º reduz a atuação da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, deixando de fora eixos que são caros para o tema, a exemplo da interseccionalidade¹. Outro elemento relevante deixado de fora dessa estrutura é a transversalidade de gênero, ferramenta necessária para inserir o debate acerca do tema nas diferentes esferas públicas, garantindo a articulação com demais secretarias e ministérios. Diferente disso, os incisos que tratam da gestão das políticas para as mulheres o fazem de modo a reduzir esta ação à perspectiva da família, a exemplo do “IV – [...] avaliar políticas públicas para a promoção dos direitos das mulheres, considerada a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional”.

O desmonte que se dá pela mudança de arena se baseia também no apagamento de temas centrais como a participação política, as mulheres do campo, indígenas, entre outros, que perderam espaço diante do surgimento de um Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher, que, em última análise, desloca a competência de atuação em políticas sociais setoriais para aspectos de natureza moral, considerando que não há uma única concepção normativa, ideológica ou política do que seria uma mulher considerada digna ou indigna. Além disso, em análise do texto que trata da competência deste departamento,

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



é possível afirmar que a ideia de dignidade contida ali tem forte relação com a maternidade e com um suposto papel a ser desempenhado dentro da família pela mulher. Retorna-se, desse modo, a uma concepção de ações que veem nas mulheres pontes para o alcance e o cuidado com as crianças, com as famílias e a sociedade, suprimindo-as como sujeitos de direitos.

Não por acaso o referido departamento foi colocado, em 2020, sob a gestão de uma profissional que já havia se declarado contra o aborto legal em casos de estupro, uma conquista histórica do movimento organizado de mulheres no que diz respeito aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Essa nomeação ocorreu em meio à polêmica gerada diante do caso da criança de dez anos que foi deslocada até Recife (PE) para ter assegurado o direito à interrupção da gravidez após ter sofrido violência sexual de um tio no Espírito Santo². Os ataques proferidos à criança e aos profissionais que realizaram o procedimento partiram de grupos religiosos extremistas e também da própria ministra, o que evidencia o deslocamento dos debates dos direitos sexuais e reprodutivos, alocando-os na arena moral e religiosa, como já era defendido no período eleitoral em 2018 sob fortes bandeiras de “combate à ideologia de gênero” e de “preservação da família”.

São incontáveis as declarações, projetos de lei, posicionamentos e ações governamentais que revelam os ataques às mulheres. Os discursos fundamentalistas e conservadores ganham tônica e são promovidos a políticas de Estado nessa gestão, principalmente as pautas morais relacionadas a gênero e sexualidade, a exemplo do debate em torno do fortalecimento da família em detrimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como exposto. Vale resgatar, nesse sentido, que em 2020 o Brasil assinou, junto a outros trinta e um países, a Declaração de Consenso de Genebra³, acordo internacional “pró-vida” que tem por objetivo rechaçar o direito ao aborto. Embora esse pacto não demande o cumprimento do seu texto pelos países signatários, a participação do governo revela como a gestão do MMFDH se coloca na política externa em relação aos direitos das mulheres.

Nessa mesma direção, as mudanças em curso refletem o impedimento do uso da palavra *gênero* pelo governo federal nesta gestão, como é possível observar quando analisamos políticas e programas planejados no âmbito da SNPM entre 2019 e 2020. É o caso do Programa Mulher Segura e Protegida, proposto

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



a partir da alteração do Decreto n.º 8.086/2013 (que havia criado na gestão de Dilma Rousseff o Programa Mulher: viver sem violência). As alterações observadas não versam somente sobre o nome do programa, mas substituem a “transversalidade de gênero nas políticas públicas” para a “transversalidade dos direitos das mulheres das políticas públicas”.

Embora possamos notar esse retrocesso, o programa se propõe a dar continuidade aos seus principais eixos: o Ligue 180 e a Casa da Mulher Brasileira (CMB), sendo esse último constituído como um serviço integral de acolhimento e atendimento humanizado a mulheres em situações de violência a ser ofertado nas capitais de todos os estados e em outros municípios, concentrando um conjunto importante de serviços e instituições que compõem a rede de enfrentamento, a exemplo das delegacias e varas especializadas, atendimentos psicossociais, jurídicos, casa de passagem, entre outros. Até aquele momento, sete Casas haviam sido construídas, porém a maioria suspendeu provisória ou definitivamente suas atividades em razão da descontinuidade dos convênios necessários à sua manutenção.

O Relatório de Gestão do MMFDH destaca que os valores efetivamente executados em políticas para as mulheres no primeiro biênio do governo foram os menores desde 2004, quando a SPM tinha um ano de funcionamento (MOSTAFA *et al.*, 2019). A despeito da explanação de um conjunto de ações, concretamente o que se vê como marca dessa gestão é que, embora exista orçamento previsto, há utilização de poucos recursos para tornar efetivas as políticas às quais se propuseram a implementar ou dar continuidade. É possível afirmar, ainda, que os recursos destinados cresceram de um ano para o outro, mas o mesmo montante foi executado nos dois anos, revelando uma dificuldade na execução orçamentária do órgão, que se assemelha aos investimentos feitos nos anos da gestão Temer (em torno de 30%), período no qual, conforme já exposto, as políticas para as mulheres perderam importância política e recursos diversos (MOSTAFA *et al.*, 2019). Essa ausência de interesse político se desdobra na ausência de atenção e capacidade estatal de responder às demandas das mulheres que se confrontam com as diversas violências patriarcais cotidianas.

A observada baixa execução orçamentária nos dois anos em análise se relaciona com as estratégias de enfrentamento à

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



violência contra as mulheres de maneira contraditória. É expresso que os recursos foram alocados para a construção das CMBs e dos centros de atendimento à mulher, mas são estas iniciativas as que apresentaram menor execução. Merece destaque a realidade das CMBs, que tiveram zero avanço tanto em 2019 quanto em 2020, como já havia acontecido em 2017 (MOSTAFA *et al.*, 2019). Chama a atenção que as CMBs recebem lugar de destaque nos documentos institucionais ainda que na prática não seja possível verificar nenhuma progressão na sua implementação ao longo do território brasileiro, como se propôs.

Outra ação que tem destaque na agenda da SNPM é a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, serviço que demanda investimento contínuo e contratos permanentes para a execução dos atendimentos para orientação e denúncia de situações de violência. Segundo afirmam as análises realizadas (TOKARSKI *et al.*, 2022, p. 53), os recursos executados na manutenção do serviço em 2019 representaram 96% do orçamento liquidado, e em 2020, 74%. Esses dados atestam como o olhar para a violência se reduz, na atual conjuntura, ao campo da segurança pública, ainda que se trate de um fenômeno complexo, multifacetado, que demanda um conjunto ampliado e diversificado de ações nas áreas de assistência, saúde, combate e prevenção, eixos que, na perspectiva do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, eram indissociáveis.

É neste cenário de baixa prioridade conferida ao tema que a pandemia se instala em 2020 de forma avassaladora, gerando efeitos nas vidas das mulheres que se somam aos já produzidos por essa nova política em curso. Como já reiteradamente documentado, esses efeitos são ainda maiores sobre as mulheres negras, pobres e periféricas. Estudos apontam evidências de que as jornadas de trabalho reprodutivo foram intensificadas diante do isolamento social e da suspensão dos serviços de compartilhamento de cuidados, ainda que os impactos não tenham sido vivenciados e gerenciados de maneira homogênea por todas as mulheres, considerando que mulheres de diferentes classes sociais ou grupos raciais possuem distintas possibilidades para arcar com os desdobramentos dessas questões. Segundo a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), já nos primeiros dois meses da pandemia no país, 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém (sendo 52% destas, negras e 46%, brancas), 72% delas

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco





afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia, e 41% daquelas que seguiram trabalhando com manutenção dos salários disseram que estavam trabalhando mais na quarentena (SOF, 2020).

Nesse momento sem precedentes, órgãos internacionais, como a ONU Mulheres, e também nacionais, como o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, relatavam, ancorados na ampliação das ligações para centrais telefônicas de atendimento, que havia um alargamento dos números de violência doméstica em todo o mundo e que as mulheres eram as principais vítimas. Essa realidade já complexa se confrontou com o fato de que, paralelamente, em muitos lugares do mundo os números de registros de boletins de ocorrências apresentavam significativa queda. Em que pese o contínuo funcionamento do sistema de registro de ocorrência on-line da Polícia Civil e do atendimento 24 horas das delegacias especializadas, é evidente que a restrição de circulação e o confinamento forçado provocaram uma subnotificação dos casos de violência que não deixaram de acontecer. Notas técnicas publicadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em parceria com o Banco Mundial demonstraram que entre abril e junho de 2020 houve queda nos registros policiais de lesão corporal dolosa, ameaça, estupro e estupro de vulnerável (FBSP, 2020).

Em sentido contrário, o feminicídio e homicídio de mulheres apresentou crescimento no período, apontando na direção do agravamento dos conflitos. A literatura constituída sobre esse tema apontou que os principais fatores para o incremento dos casos de violência foram o distanciamento das redes de apoio (sejam elas familiares ou institucionais), a queda ou perda da renda familiar, o aumento do domínio nas relações em razão do período mais ampliado de convivência, além do significativo aumento dos níveis de estresse e crescimento do desemprego estrutural. Os efeitos mais expressivos da pandemia sobre a ocupação feminina guardam relação tanto com sua histórica inserção em postos com menor proteção social, quanto com a concentração de mulheres em setores e frentes de trabalho que foram muito afetados pela pandemia, como o trabalho doméstico e de cuidado, remunerados ou não.

Diante das precárias condições sanitárias, sociais e materiais vivenciadas, surge a urgente necessidade de adoção de

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



estratégias ampliadas o suficiente para enfrentar os efeitos da pandemia nas vidas dos grupos mais vulneráveis, contudo, o que se observa no caso da atenção às mulheres é o movimento contrário: não só faltaram ações compatíveis com as suas variadas demandas, como também assistimos o aprofundamento do desmonte daquelas políticas herdadas da anterior gestão, como foi possível afirmar mediante os dados levantados e analisados pelos Boletins de Políticas Sociais do IPEA (MOSTAFA *et al.*, 2019; TOKARSKI *et al.*, 2022). Em conjunto, falamos de um processo de perdas democráticas ancorado em uma onda neoconservadora onde as opressões de gênero, racista e contra as sexualidades dissidentes ganham força.

Nessa esteira, no mesmo mês em que o atual presidente disputa a reeleição, outro ataque veio à tona: o governo federal cortou, em dois terços, o orçamento de 2023 que subsidiaria políticas públicas destinadas às mulheres. Das 79 ações orçamentárias citadas no Orçamento Mulher, 47 foram impactadas pela redução de verbas previstas para o próximo ano. Com vistas a alterar o cenário de alta rejeição entre o público feminino, a poucos dias das eleições o presidente passou a repetir com frequência que o governo sancionou aproximadamente setenta projetos em defesa das mulheres. Esse número omite, entretanto, que o seu governo é autor de somente uma das propostas, que não trata especificamente da garantia dos direitos das mulheres, e sim de medidas de enfrentamento da pandemia posta pela Covid-19.

As Ocupações do Movimento de Mulheres Olga Benário como estratégia de denúncia da violência e transformação da vida das mulheres

[...] o que significa produzir formas de autodefesa feminista diante do incremento das violências? Mais: o que significa se o movimento feminista pudesse produzir suas próprias máquinas de justiça? (GAGO, 2020, p. 74).

O Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB) surgiu em 2011 quando vinte e uma mulheres de oito estados formaram a delegação brasileira para a 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, na Venezuela. O grupo de mulheres, já militantes de esquerda, construiu um movimento de mulheres brasileiras trabalhadoras para lutar contra a violência, opressão

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



e a exploração da mulher (MMOB, 2017). O interesse por retratar as formas de mobilizações organizadas pelo MMOB transcende o aspecto teórico, surgindo a partir de um contato direto com o movimento e suas lutas.

O movimento tem como bandeira a importância da organização das mulheres, não apenas para “lutarem por seus direitos, contra a opressão e a violência que sofrem, mas também organizar milhões de trabalhadoras e trabalhadores da cidade e do campo para derrotar a burguesia e seu Estado opressor” (MMOB, 2017). Dessa forma, tendo como objetivo organizar lutas específicas nos locais e regiões em que está presente e lutas em âmbito nacional, o movimento se organiza através de coordenação nacional, estaduais, municipais e núcleos de base, construindo as pautas feministas, com mobilizações e formação teórica (ASSIS; TOMMASI, 2018).

Se colocando na perspectiva do feminismo classista, o MMOB compreende que a opressão e exploração das mulheres têm origem no surgimento da propriedade privada e na divisão da sociedade em classes e se intensificam e estruturam no sistema capitalista com a divisão do trabalho, que submete as mulheres a uma dupla exploração, a partir do trabalho assalariado e do trabalho doméstico. Assim, o principal mote da luta do movimento é a organização das mulheres trabalhadoras para luta contra a opressão patriarcal e capitalista, sob as bandeiras da luta por mais políticas públicas para as mulheres, mais creches, contra a violência doméstica e familiar contra a mulher e por uma sociedade socialista (MMOB, 2017).

A divisão sexual do trabalho coloca a carga das mulheres o trabalho necessário à reprodução humana. Esse trabalho reprodutivo, historicamente não remunerado, submete as mulheres a uma exploração específica que se difere da exploração do trabalho assalariado e se constitui em um fator transversal à luta contra a opressão das mulheres (MMOB, 2017).

Entender a reprodução social enquanto pressuposto à acumulação do capital (GAGO, 2020, p. 144), ou seja, compreender que o trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres garante, além da reprodução da vida humana, a acumulação capitalista, uma vez que restitui a força de trabalho necessária à produção no sistema capitalista, torna visível os limites da atuação estatal

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco





frente à violência patriarcal nos marcos do capitalismo. Tal atuação é restrita, visto que o aparelho estatal está a serviço do capital e o capital, para sua própria reprodução, deve manter o trabalho reprodutivo invisível, não remunerado e subordinado. Nessa perspectiva, o movimento adota um posicionamento crítico à lógica de acumulação do capital, pelo fim da exploração do capitalismo sobre a classe trabalhadora e pela conquista da sociedade socialista (MMOB, 2017).

Em análise dos últimos onze anos, realizada pelo IPEA, há o indicativo de que “[...] enquanto os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6% entre 2009 e 2019, os assassinatos fora das residências apresentaram redução de 20,6% no mesmo período, indicando um provável crescimento da violência doméstica” (CERQUEIRA *et al.*, 2021, p. 41). Dessa maneira, o combate à exploração e opressão das mulheres encontra significativa relevância no combate à violência doméstica e na compreensão sobre os fatores que subjagam as mulheres a essas situações de violência.

As diversas formas de lutas antiopressão perpassam tanto as condições materiais que esta mulher necessita para sua sobrevivência e segurança, como a disputa ideológica e educativa em torno da compreensão da conexão entre a violência doméstica e outras formas de violência, exploração e opressão: a compreensão de sua conexão com a exploração do trabalho reprodutivo, o caráter de classe e raça da exploração do trabalho e as formas de exploração da terra e dos corpos constantemente atualizadas pelo capital ao longo da história. Tal compreensão, assim como afirma Oliveira:

[...] vai além do ganho de consciência teórica acerca do assunto. A transformação da subjetividade apenas é possível mediante ações práticas e coletivas, pois visa contrapor conceitos sedimentados por forças históricas. Neste sentido, a transformação destes cenários luta contra o resultado de processos violentos que ocorreram durante o tempo” (2019, p. 134).

Diante da situação de violência de gênero, o MMOB adota a criação de redes de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, sendo a principal ação nesse sentido a criação de Centros de Referências autogestionados pelo Movimento que possuem espaço físico a partir da ocupação de

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco





um espaço urbano ocioso. As ocupações contam com os esforços das militantes do movimento e voluntárias, oferecendo assistência psicológica, jurídica e social. Além disso, são espaços de formação política e cultural (MMOB, 2017).

Os imóveis ocupados pelo movimento não cumprem sua função social, estando ociosos por anos. Assim, através da ocupação transformam esses espaços em casas de referência e passagem, oferecendo acolhimento temporário às mulheres em situação de violência, dando aos imóveis a função social prevista constitucionalmente. A transformação do espaço também perpassa pela própria revitalização dele, com consertos e limpeza para garantir que o espaço se torne acolhedor e possa prestar os serviços que o movimento propõe. Como lembrado por uma das gestoras da casa em documentário disponível no Youtube, o serviço de acolhimento é uma reivindicação antiga do movimento feminista e da rede de enfrentamento à violência contra mulher (MMOB, 2021).

Dessa forma, as ocupações se constituem como importantes estratégias para pressionar o Estado pelo atendimento das demandas das mulheres e, mais do que isso, se apresentam como estratégia de autodefesa e autocuidado das mulheres em resposta à ineficácia do Estado em combater a violência contra a mulher, além do desmonte e descontinuidade das políticas públicas de enfrentamento às violências patriarcais. Ao denunciarem os números de violência doméstica, evidenciam também os lares como cenários cotidianos truculentos (GAGO, 2020).

As experiências das ocupações propõem, como demonstram Assis e Tommasi (2018), uma outra lógica de cuidado, organização, emancipação econômica e afetiva, reinventando o formato das casas-abrigo mantidas pelo Estado e se configurando em espaços que oferecem, além do abrigo, formação política e de formação para o mercado de trabalho, através de palestras, debates, cursos, feiras etc.

A primeira ocupação ocorreu no dia 08 de março de 2016, em Belo Horizonte/MG. Em conjunto com o Movimento de Luta nos Bairros (MLB), o Movimento de Mulheres Olga Benário ocupou um prédio público que estava há 10 anos abandonado para exigir a efetivação das políticas públicas para mulheres naquele território.

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco





A Ocupação recebeu o nome de Tina Martins, e desde 2016 acolhe e dá assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade e violência de gênero, passando a integrar a rede municipal de enfrentamento à violência. Após a Ocupação Tina Martins, aconteceu em novembro do mesmo ano a Ocupação Casa Mulheres Mirabal, em Porto Alegre/RS, e em 2017 foi realizada a Ocupação Casa de Referência Helenira Preta, em Mauá/SP.

Posteriormente, em 2021, o MMOB aumenta seu número de ocupações exponencialmente: no estado de São Paulo acontece a Ocupação Casa de Referência Laudelina Campos, na capital; Ocupação Casa de Passagem Carolina Maria de Jesus, em Santo André; e a Ocupação Casa da Mulher Negra Helenira Preta II, em Mauá. Em novembro se tem a primeira ocupação da região Nordeste, a Ocupação Casa de Referência Preta Zeferina, em Salvador/BA. Neste momento, o movimento passou a organizar sete ocupações.

O aumento do número de ocupações está situado na já exposta ausência do Estado, mas sobretudo no contexto pandêmico que evidenciou que as medidas de isolamento social adotadas para a prevenção do contágio da Covid-19 tiveram relação com o aumento das subnotificações dos casos, tendo em vista que as mulheres não possuíam tantos meios de fazer as denúncias pelo aumento do tempo de convívio com seus agressores (ISP, 2021). Destaca-se que durante o período de pandemia, as Ocupações-Casas construídas pelo MMOB continuaram seus atendimentos.

Seguindo a tendência de aumento das ocupações, em 2022 o movimento chegou a 13 ocupações. Em março surgiu a Ocupação Casa de Referência Almerinda Gama, no Rio de Janeiro/RJ e a Ocupação Centro de Referência Soledad Barrett, em Recife/PE, que aconteceram simultaneamente no dia 08 de março de 2022. Em seguida, foi realizada a Ocupação Casa de Referência Preta Simoa, em Fortaleza/CE, a Ocupação de Mulheres Rayana Alves, em Belém/PA - sendo a primeira na região Norte do país, e a Ocupação Casa de Referência Antonieta de Barros, em Florianópolis/SC. A mais recente ocupação está situada na região administrativa do Guará, no Distrito Federal, onde, em 2018, depois de funcionar por três anos, o equipamento estatal Casa da Mulher Brasileira fechou suas portas, assim como aconteceu também em São Paulo e em Roraima. A ocupação da Casa de Referência Ieda Santos Delgado, a primeira do Centro-Oeste,

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco





ocorreu em outubro de 2022 no momento de escrita deste trabalho. Desde então, as casas de referência construídas pelo movimento estão presentes em todas as regiões do país.

Não por acaso, as ocupações costumam acontecer em datas emblemáticas para as lutas feministas, a exemplo dos dias 08 de março, 25 de julho (data em que se comemora o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha), e os nomes escolhidos para as Casas têm o objetivo de homenagear mulheres que tiveram trajetórias de resistência e militância em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

As Ocupações possuem em comum diversos traços, como o objetivo de denunciar a ineficiência das políticas públicas de combate à violência de gênero e o atendimento psicológico, social e jurídico. Além disso, o movimento trabalha de forma centralizada para ter orientações gerais de suas lutas políticas. Porém, a partir da realidade de cada local, é avaliado como se dará a estrutura de atendimento, tendo em vista que há ocupações que além dos serviços comumente prestados pelos centros de referência, também são casas abrigo e de passagem.

Para poder consolidar a ocupação como uma Casa de Referência, as militantes dedicam-se a articular para criar uma rede de apoio com profissionais voluntárias, estabelecer parcerias com as universidades e contatar instituições como a Defensoria Pública, além da articulação com parlamentares, outros movimentos, ONGs e coletivos. Outro ponto importante é a revitalização do imóvel ou espaço ocupado, e para tanto, organizam mutirões de limpeza e formam rede de apoio de assessoria técnica popular formada por arquitetos e outros profissionais que possam auxiliar na recuperação do espaço.

O esforço é também no sentido de capacitação técnica das próprias militantes, que se dedicam ao estudo e precauções para que o espaço da ocupação seja acolhedor e proporcione os encaminhamentos corretos às mulheres que procuram o local. Porém, um ponto que diferencia o trabalho feito pelas ocupações dos espaços institucionais é que a formação técnica se dá em conjunto com a formação política, inclusive das próprias mulheres assistidas pelo movimento, que ao entenderem a potência da ação coletiva também se engajam na luta feminista.

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



A autogestão desses espaços exacerba a potência das ações coletivas e populares ao envolver as mulheres acolhidas e as voluntárias em todos os processos necessários ao funcionamento do espaço e dos serviços. Por meio de assembleias e reuniões são decididas as estratégias e táticas de luta, bem como as tarefas do dia a dia, como os turnos de vigilância para garantir a segurança. Além disso, as casas são mantidas pelo autofinanciamento das gestoras e voluntárias e através de doações. Como apontado por Pena (2021), no caso específico da Casa Tina Martins, o governo ajuda no que diz respeito à água/luz, mas esse custeio não é feito de forma regular.

Apesar de toda essa magnitude e importância, as ocupações são constantes alvos de repressão e criminalização por parte do Estado, que na maioria dos casos prioriza o direito à propriedade privada e reprime as Casas, seja através de processos judiciais, ou com o uso da força policial. É o caso da Ocupação Casa da Mulher Negra - Helenira Preta II, espaço que abrigava uma creche popular, uma horta comunitária, além de outras atividades de cultura, educação e lazer, e passou por um despejo violento neste ano de 2022, tendo as militantes se mobilizado e acampado em frente à casa. Porém, o resultado foi a demolição do espaço por parte do Poder Público.

Mais recente, a Ocupação Centro de Referência Soledad Barrett também sofreu o despejo por parte do Poder Público, que não quis avançar nas negociações. O mesmo ocorreu com a Ocupação Casa de Referência Antonieta de Barros, que foi despejada por ordem judicial. A Casa de Passagem Carolina de Jesus também já recebeu ordem de despejo. Atualmente, estão ameaçadas pela reintegração de posse a Ocupação Casa Mulheres Mirabal e a Ocupação Casa Helenira Preta, sendo que a última está em território alvo de leilão judicial.

Ao refletir sobre esses processos surge uma aparente contradição entre um Estado que ao mesmo tempo que não fornece uma política de combate à violência de gênero efetiva, criminaliza ações coletivas que propõem medidas eficazes e transformadoras. O que se vê é a atuação do Estado como mediador dos interesses do capital dando legitimidade para que se tenha abertura para que o mercado domine áreas que seriam de sua responsabilidade e transformar direitos em mercadoria (KELLER, 2019).

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



Marx e Engels (2020), ao tratar da relação do Estado e do Direito com a propriedade, colocam que o Estado é a forma de organização que os burgueses utilizam para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. Ou seja, para os autores, o Estado é o meio pelo qual sujeitos da classe dominante “fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política” (ENGELS; MARX, 2020, p. 52). Dessa maneira, os interesses da propriedade privada se sobressaem aos interesses sociais e dos trabalhadores.

Apesar disso, as ocupações de mulheres do MMOB demonstram que é possível construir pela mão das mulheres realidades distintas à realidade de violência capitalista-patriarcal, mesmo sem a estrutura do aparelho estatal. Nas palavras da Coordenação Nacional, se ocupa para mostrar que as mulheres podem construir poder, ou em outras palavras “o processo de ocupação e construção das nossas casas prova que nós, mulheres pobres, mulheres da classe trabalhadora, podemos e devemos ser poder” (OCUPAMOS..., 2021). Diante da ameaça e represálias, a postura do movimento é de intensificar as articulações de apoio e fortalecer a organização das Casas com a realização de manifestações. Assim, a organização das ocupações e lutas do Movimento de Mulheres Olga Benário torna o “é pela vida das mulheres”, para além de um grito feminista, uma construção concreta de ferramentas de luta para o enfrentamento da realidade patriarcal-capitalista e construção de uma nova sociabilidade.

Considerações

As mulheres são as primeiras a serem afetadas pelas consequências de retrocessos dos direitos sociais que haviam sido conquistados nos governos populares e democráticos. O breve panorama exposto, que compreende as ações entre 2002 e 2015, nos permite compreender que as políticas públicas para as mulheres consideradas promissoras são aquelas que têm potência institucional para absorver as demandas do movimento de mulheres no interior das agendas estatais, a exemplo dos espaços democráticos de decisão e deliberação, como as Conferências de Políticas para as Mulheres, os fóruns regionais e os conselhos de direitos - ferramentas fortalecidas nos governos anteriores.

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco





De acordo com as análises que vêm sendo construídas, o governo Bolsonaro não somente iniciou um efetivo desmonte das políticas para as mulheres que ainda eram executadas, como também implementou o que foi denominado de nova política para as mulheres, ancorada, sobretudo, na moralidade religiosa, na centralidade da família tradicional nuclear e heteronormativa, na manutenção de valores tradicionais e no embate direto com as pautas e movimentos feministas. Somam-se a isso as diversas falas misóginas feitas pelo presidente ao longo do seu mandato, quando atacou diretamente mulheres jornalistas, militantes, parlamentares e artistas de forma discriminatória.

As exposições sobre a gestão das políticas para as mulheres no atual governo dão conta de que alguns programas e políticas mencionados se assemelham a iniciativas pautadas em gestões anteriores, contudo, foram renomeados e reduzidos, sendo possível apreender também que embora tenha existido uma performance através do discurso e do remodelamento de ações, pouca continuidade existiu na prática. Essa afirmação se ancora nas análises que constataram a baixa execução orçamentária da pasta, o que se desdobra concretamente em interrupção e enfraquecimento das políticas que demandam planejamento a longo prazo, este que era consubstanciado nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, cuja última edição teve vigência até 2015. Embora não seja difícil encontrar uma série de notícias e documentos expondo as práticas do MMFDH no âmbito das políticas para as mulheres, o baixo orçamento posto nestas ações coloca à prova a efetividade do trabalho da SNPM.

Foi possível refletir como a crise sanitária oriunda da Covid-19 atingiu de forma mais severa as mulheres e também agravou problemas estruturais já vivenciados por elas. A gestão presidencial que discrimina as mulheres não só desmontou as políticas da área, como reduziu as ações de enfrentamento à violência doméstica restringindo ao viés segurança pública.

Diante desse cenário, as mobilizações realizadas pelos movimentos de mulheres são estratégias essenciais de sobrevivência e denúncia dos retrocessos. A partir da organização de ocupações de mulheres, o Movimento de Mulheres Olga Benário vai além de um apoio para as mulheres em situação de violência, construindo verdadeiros espaços de resistência e

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



construção de novas narrativas, sendo estratégia de denúncia, mas também de formação política e organização da luta das mulheres.

Foi disposto ao longo deste trabalho a produção de estratégias de autodefesa feministas como elemento capaz de contrapor o agravamento das violências patriarcais e a ausência de ações estatais efetivas para o seu enfrentamento, exacerbando a potência das ações das mulheres de luta de afirmar “um poder de outro tipo, que é invenção comum contra a expropriação, usufruto coletivo contra a privatização e ampliação do que desejamos ser possível aqui e agora” (GAGO, 2020).

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%. Um Manifesto*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ASSIS, I.; TOMMASI, L. As mulheres e a luta por casa de referência: a experiência do MMOB e o CRM Helenira Preta. R. ÎANDÉ. *Ciências e Humanidades*, São Bernardo do Campo, v. 2, n. 1, p. 27-41, jul. 2018

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. *Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República (SPM/PR), 2011.

BRASIL. Decreto no 10.883, de dezembro de 2021. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 7 dez. 2021.

CERQUEIRA, D. *et al. Atlas da violência 2021*. São Paulo: Ipea; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

ENGELS, F.; MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Nota Técnica Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19, 16 de abril de 2020*. [S.l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Decode,

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco

2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.
- GAGO, V. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.
- INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Dossiê Mulher 2021*. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Segurança Pública, 2021. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2021.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.
- KALIL, I. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadorismo en el gobierno de Bolsonaro. In: SANTANA, A. T. (ed.). *Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores*. Bogotá: Fundacion Rosa Luxemburg, 2020. p. 35-53.
- KELLER, R. J. Direito, Estado e Relações Econômicas: a Mercantilização Jurídica como Forma de Priva(tiza)ção do Direito à Cidade. In: BELLO, E.; KELLER, R. J. (org.). *Curso de Direito à Cidade: Teoria e Prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. p. 35-51.
- MOSTAFA, J. et al. Igualdade de gênero. *Políticas Sociais - acompanhamento e análise* n° 26, 2019. Brasília: Ipea, 2019.
- MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO. *Cartilha do Movimento de Mulheres Olga Benário*. n. 2. [S.l.]: Coordenação Nacional Movimento de Mulheres Olga Benario, 2017. Disponível em: <https://averdade.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Documento-29-MMOB-CARTILHA-DO-MOVIMENTO-DE-MULHERES-OLGA-BEN%C3%81RIO.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.
- MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO BRASIL. Minha revolta é justa: documentário da Casa de Passagem Carolina Maria de Jesus. *YouTube*, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n1lBkVxYD-E>. Acesso em: 24 out. 2022.
- OCUPAMOS contra a violência e pelo poder popular. *A Verdade*, Recife/PE, 09 set. 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/09/ocupamos-contra-a-violencia-e-pelo-poder-popular/>. Acesso em: 20 out. 2022.
- OLIVEIRA, T. Z. G. de *A experiência política das mulheres da casa Tina Martins*. Orientador: Deise Luiza da Silva Ferraz. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco

PAINS, C. “Menino veste azul e medida veste rosa”, diz Damares Alves em vídeo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 de jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em: 27 nov. 2023

PENA, A. R. de A. *A atuação do Terceiro Setor nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres: uma análise das Casas de Referência da Mulher do Movimento Olga Benário*. Orientador: Maria Walkiria Cabral. 2021. 27 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. [S.l.]: SOF, 2020. Disponível em: <https://mulheresnapanademia.sof.org.br/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

TOKARSKI, C. P. *et al. Igualdade de gênero*. Políticas sociais: acompanhamento e análise, nº 27, 2020. Brasília: Ipea, 2020.

TOKARSKI, C. P. *et al. Igualdade de gênero*. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, n. 29, 2022. Brasília: Ipea, 2022.

Notas

1 Debatido por autoras como Crenshaw (2002), esse conceito considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, são inter-relacionadas se consubstanciam, constituindo-se uma forma possível de analisar a complexidade das relações humanas. Enquanto conceito sociológico e ferramenta analítica, pode contribuir em investigações que buscam capturar as consequências estruturais e as dinâmicas entre dois ou mais eixos de subordinação, constituindo-se importantes elementos para a formulação de políticas públicas. ↑

2 Ver <https://bityli.com/LXOmjtlr> ↑

3 Ver <https://bityli.com/XZCAMIhGQ> ↑

**As Ocupações do Movimento Olga:
experiência popular de enfrentamento
à violência patriarcal**

Olivia Alves da Fonseca Aguera Nunes
Barbara Brame
Larissa Franco



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em janeiro de 2024 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).